



Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"

DOUGLAS RECHE LOPES

**DIREITO, JORNALISMO E LITERATURA: UMA ANÁLISE DO
ROMANCE *ARACELLI, MEU AMOR*, DE JOSÉ LOUZEIRO**

**Assis/SP
2018**

DOUGLAS RECHE LOPES

**DIREITO, JORNALISMO E LITERATURA: UMA ANÁLISE DO
ROMANCE *ARACELLI, MEU AMOR*, DE JOSÉ LOUZEIRO**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

Orientando: Douglas Reche Lopes

Orientadora: Lívia Maria Turra Bassetto

**Assis/SP
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

L864d LOPES, Douglas Reche

Direito, jornalismo e literatura: uma análise do romance Araceli,
meu amor, de José Louzeiro / Douglas Reche Lopes. – Assis, 2018.

38p.

Trabalho de conclusão do curso (Direito). – Fundação Educacio-
nal do Município de Assis-FEMA

Orientadora: Dra. Livia Maria Turra Bassetto

1.Direito 2.Literatura

CDD340.1

**DIREITO, JORNALISMO E LITERATURA: UMA ANÁLISE DO
ROMANCE *ARACELLI, MEU AMOR*, DE JOSÉ LOUZEIRO**

DOUGLAS RECHE LOPES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, avaliado pela seguinte comissão examinadora

Orientador:

Lívia Maria Turra Bassetto

Examinador:

Márcia Valéria Seródio Carbone

**Assis/SP
2018**

Dedico este trabalho à Zilda Aparecida Lisboa Reche de Moraes,
aos meus pais e irmão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha querida tia Zilda, minha madrinha, cujo apoio financeiro e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse chegar à realização deste trabalho, sua ajuda e encorajamento foram de extrema importância para que eu pudesse realizar este sonho.

Agradeço também aos meus pais, Dorival e Geni, meu irmão Diogo e minha cunhada Aline, que foram um suporte diante dos desafios para conquistar a graduação. Os familiares que acompanharam dias de estudo e dificuldades que surgiam ao longo deste caminho, nunca deixaram de me apoiar.

Meu primo Pierre e sua esposa Fabiana, minha prima Priscilla e meu tio Everton, que, mesmo distantes fisicamente, foram grandes incentivadores para minha formação.

Também agradeço imensamente à minha professora orientadora Livia Maria Turra Bassetto, que nunca mediu esforços para me apontar o caminho, corrigir minhas falhas, sempre com precisão e atenção. Suas aulas na graduação foram essenciais para o meu desenvolvimento no curso de Direito.

Agradeço ainda à Fundação Educacional do Município de Assis, instituição de ensino que sempre atendeu às necessidades dos alunos, humanizada, buscando uma proximidade com a sociedade. Ainda, todos os professores do curso de Direito que foram de extrema importância para que eu pudesse chegar até aqui.

Não seria possível nomear aqui todas as pessoas que foram importantes nesta jornada, pois, eu poderia me esquecer de alguém. Agradeço a todos aqueles que estiveram presentes nesse longo caminho, cheio de dificuldades, acertos, erros, alegria, cansaço e descobertas.

RESUMO

Este trabalho busca analisar o crime cometido contra a menina Araceli Cabrera Crespo, ocorrido no ano de 1973 no Estado do Espírito Santo e sua relação com o romance *Araceli, meu amor*, escrito pelo jornalista José Louzeiro, poucos anos mais tarde, a fim de demonstrar a importância desta obra ficcional para a reflexão acerca do crime real. Pretendemos discutir a relevância deste romance para o Direito e por que é importante para o Direito dialogar com outras áreas das Ciências Humanas. O romance-reportagem de Louzeiro busca denunciar um crime real que ficou sem resposta e despertou angústia e frustração na sociedade brasileira da época. Assim, o trabalho relaciona Direito e Literatura.

Palavras -chave: Araceli, Direito, Literatura, Jornalismo

ABSTRACT

This work seeks to analyze the crime committed against the girl Araceli Cabrera Crespo in 1973 in the State of Espírito Santo and her relationship with the novel *Araceli, meu amor*, written by journalist José Louzeiro a few years later in order to demonstrate the importance of this fictional work for the reflection on the real crime. We intend to discuss the relevance of this novel to the Law and why it is important for the Law to dialogue with other areas of the Human Sciences. Louzeiro's novel-report seeks to denounce a real crime that remained unanswered and aroused anguish and frustration in Brazilian society at the time. Thus, the work relates Law and Literature

Keywords: Araceli, law, literature and journalism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1-CAPÍTULO I: O CASO ARACELI	11
1.1 Araceli Cabrera Crespo.....	11
1.2 Os crimes contra a menina Araceli.....	13
1.3 Pessoas envolvidas no caso.....	16
2- Capítulo II:ARACELI, MEU AMOR, DE JOSÉ LOUZEIRO: UMA ANÁLISE DO ROMANCE	18
2.1 José Louzeiro.....	18
2.2 Araceli, meus amor.....	20
2.3 A Literatura e o Jornalismo.....	25
2.4 O romance reportagem de José Louzeiro escrito no período da ditadura militar..	28
3- CAPÍTULO III- UM DIÁLOGO ENTRE DIREITO, LITERATURA E JORNALISMO E REFLEXÕES SOBRE O CASO CONCRETO.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

INTRODUÇÃO

O trabalho tem por objetivo promover um diálogo entre o Direito, o Jornalismo e a Literatura, demonstrando a sua importância para as Ciências Humanas e para a aplicação do Direito.

O crime contra a menina Araceli Cabrera Crespo ocorreu no ano de 1973 e causou grande comoção. No entanto, muitas notícias falsas foram espalhadas e não houve punição às pessoas apontadas como autores, devido à falta de provas. O fato do país estar passando pela ditadura militar naquele momento pode ter contribuído para que os autores do crime ficassem impunes.

O jornalista José Louzeiro decidiu escrever o livro *Aracelli, meu amor*, com o intuito de poder falar sobre o caso, e buscou fazer suas próprias investigações acerca do ocorrido, entrevistando conhecidos e pessoas próximas de Araceli. O livro é considerado um romance, portanto, uma ficção, no entanto, possui características do jornalismo, como descrições dos acontecimentos e diversos relatos a respeito do fato real, apresenta-se, portanto, como um romance híbrido.

O objetivo deste trabalho é analisar o romance de José Louzeiro e suas características ficcionais em paralelo com a notícia real acerca do crime e os fatos disponibilizados pela mídia e apontar a importância desta discussão para o Direito e como a ficção de Louzeiro se constituiu como denúncia.

O primeiro capítulo apresenta o caso real ocorrido em 1973, a violência brutal e assassinato da menina de oito anos.

O segundo capítulo traz uma análise do romance *Aracelli, meu amor*, escrito por José Louzeiro, e as características do gênero jornalístico e literário encontrados na obra, relacionando-os com os fatos reais e o momento histórico em que o fato ocorreu.

O terceiro capítulo propõe uma reflexão sobre o diálogo entre o Direito, o Jornalismo e a Literatura, e a importância deste para a justiça. Discorre também sobre a importância da obra de Louzeiro como denúncia, apelo por justiça e discussão sobre o caso ocorrido com a menina Araceli.

CAPÍTULO I: O CASO ARACELI

Neste capítulo, pretendemos narrar os crimes cometidos contra a menina Araceli Cabrera Crespo, no ano de 1973, que culminaram na morte da criança, de acordo com os dados disponíveis na imprensa brasileira.

Atualmente, o Jornalismo tem buscado informações sobre o caso, entrevistando parentes e conhecidos da menina e de sua família, com o intuito de impedir que o fato seja esquecido, ainda que décadas tenham se passado, questionar as autoridades sobre a elucidação, bem como evitar que casos como o de Araceli se repitam.

Devido à atenção dada pela mídia brasileira atual no caso de Araceli, o dia 18 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a aprovação da Lei Federal 9.970/2000. Este dia é em memória à Araceli, a menina vítima de terrível violência e cujos assassinos jamais foram punidos. Por isso, neste capítulo, apresentaremos esse caso, com base nas informações expostas pela mídia.

1.1 Araceli Cabrera Crespo

Araceli Cabrera Crespo, símbolo do Dia Nacional do Combate ao Abuso e Exploração Infantil, desapareceu na quinta feira, 18 de maio de 1973. Na época, a menina tinha apenas 8 anos de idade, quando foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada, de acordo com as investigações. Mais de quatro décadas após o crime, ninguém ainda foi punido, pois, após a prisão, julgamento e absolvição dos acusados, o processo foi arquivado pela Justiça.

O caso de da menina é um mistério até os dias de hoje, no entanto, muitas suspeitas foram levantadas na época.

Segundo o site G1¹, Araceli saiu de casa no bairro de Fátima, na Serra, Espírito Santo, numa sexta-feira, no dia 18 de maio de 1973, e seguiu para a Escola São Pedro, na Praia do Suá, em Vitória – ES.

¹ <https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/caso-araceli-completa-44-anos-e-misterio-sobre-a-morte-permanece-no-es.ghtml> .Acesso em 10 de jun 2018

Devido ao horário do ônibus que a levaria de volta para a casa, a mãe, Lola Cabrera Crespo, pediu para que Araceli saísse da escola mais cedo, com o objetivo de chegar em casa antes de escurecer. Ao sair da escola, ela foi vista por um adolescente em um bar entre o cruzamento das avenidas Ferreira Coelho e César Hilal, em Vitória, que fica a poucos minutos da escola onde a menina estudava.

Esse menino que viu Araceli pela última vez disse à polícia, na época, que a menina não tinha entrado no coletivo e ficou brincando com um gato no estabelecimento. Depois disso, Araceli não foi mais vista. Quando a noite chegou, o pai, Gabriel Sanchez Crespo, iniciou as buscas.

Dias após o desaparecimento, em 24 de maio, o corpo de uma criança foi encontrado desfigurado e em avançado estado de decomposição em uma mata atrás do Hospital Infantil, em Vitória. Inicialmente, o pai de Araceli reconheceu o corpo como sendo da menina. No dia seguinte, ele negou, afirmando que o corpo não era o da filha desaparecida. Meses depois, após exames, foi constatado que o corpo era mesmo de Araceli.

Durante as investigações, provas e depoimentos misturaram fatos com boatos. O caso ainda hoje, após 45 anos, é um mistério. Além de grande parte de as testemunhas ter morrido, as que ainda estão vivas se recusam a falar do assunto.

Diante dos fatos apresentados pela denúncia do promotor Wolmar Bermudes, a Justiça chegou a três principais suspeitos: Dante de Barros Michelini (o Dantinho), Dante de Brito Michelini (pai de Dantinho) e Paulo Constanteen Helal.

Todos os suspeitos são membros de tradicionais e influentes famílias do Espírito Santo. Na época, eram jovens, que, segundo relatos de testemunhas, faziam uso de drogas e corriam com suas motocicletas pela cidade.

A acusação, com base nas investigações da época, apresentou a versão sobre a morte da menina, que mais tarde terminou no julgamento e absolvição dos acusados, afirmando que Araceli foi raptada por Paulo Helal, no bar que ficava entre os cruzamentos da rua Ferreira Coelho e César Hilal, após sair do colégio. No mesmo dia, a menina teria sido levada para o então Bar Franciscano, na Praia de Camburi, que pertencia a Dante Michelini, onde foi estuprada e mantida em cárcere privado sob efeito de drogas.

Por causa do excesso de drogas, Araceli entrou em coma e foi levada para o hospital, onde já chegou morta. Segundo essa versão, Paulo Helal e Dantinho jogaram o corpo da menina em uma mata, atrás do Hospital Infantil, em Vitória.

Em entrevista ao *Globo Repórter* de 1977, o promotor Wolmar Bermudes explicou a quem se destinavam as acusações. “Sobre Dante Michelini pai pesa a acusação de haver mantido a menor em

cárcere privado, dois dias, no sótão do seu bar, em Camburi. Contra os dois, o Dante Filho e o Helal, pesam as acusações de haverem ministrado à infeliz menor tóxicos e haverem ainda de maneira violenta mantido congresso carnal com a infeliz menina", disse na entrevista.

Ainda segundo a denúncia, Dante Michelini usou suas ligações e influência com a polícia capixaba para dificultar o trabalho da polícia. Além disso, testemunhas-chave do processo morreram durante as investigações. Nenhuma dessas acusações foi provada.

Durante o julgamento, Paulo Helal e Dantinho negaram conhecer Araceli ou qualquer outro membro da família Cabrera Crespo.

O crime, rodeado de mistérios e informações inconsistentes, não foi elucidado e os assassinos da menina jamais foram punidos devido à falta de provas. Após o julgamento de Dante Michelini, Dante Michelini Filho e Paulo Helal, eles foram absolvidos e o crime foi arquivado.

Em memória à menina Araceli, o dia 18 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, com a aprovação da Lei Federal 9.970/2000.

1.2. Os Crimes contra a menina Araceli

Segundo pessoas que conheciam a família de Araceli Cabrera Crespo, há indícios de que a menina entregasse drogas que a mãe traficava. Essa suspeita, segundo a televisão e jornais de circulação na época, pode ter exposto a menina ao perigo do crime que sofreu.

Os crimes sofridos por Araceli, segundo o Código Penal de 1969, código vigente na época do sequestro e assassinato da menina, no ano de 1973, eram interpretados segundo uma ótica diferente da legislação vigente nos dias de hoje.

O artigo art. 175 da Constituição de 1969 preserva lei especial para proteção à infância e à adolescência. “As condições da família no mundo de hoje justificam a necessidade do estabelecimento em lei especial de medidas de assistência à maternidade, à infância e à adolescência”, segundo o Código Penal de 1969.

Notamos que havia proteção à criança e ao adolescente, no entanto, na época, ainda não havia um conceito amplo como nos dias de hoje, uma vez que conceito de infância também se modificou ao longo dos anos. Após a evolução dos direitos no mundo todo, o entendimento do que é ser criança mudou e passou-se a compreender a importância de se

proteger a criança. A partir da Constituição Federal de 1988, passaram a existir garantias fundamentais por escrito, e poucos anos mais tarde, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja preocupação é zelar pelo bem estar destes.

Sobre Araceli ter sido usada pela mãe para traficar, há relatos de vizinhos e conhecidos que levam a crer que isso possa ter ocorrido, no entanto, nunca se conseguiu provar tal fato. Lola, mãe de Araceli, não colaborou com as investigações em nenhum momento na época, chegando a negar que o corpo no necrotério, que havia sido reconhecido como sendo de Araceli pelo pai, fosse de sua filha. Em seguida, fugiu para a Bolívia alegando estar doente.

Para a legislação na época, seria possível que a família fosse punida por negligência. Caso tivesse sido provado que a mãe praticava tráfico de drogas, ela seria punida por tal crime e pelo crime de compactuar de alguma maneira com os assassinos de sua filha ou de tê-la exposto ao risco.

A Constituição Federal e o Código Penal da época não discorriam de forma clara sobre tais assuntos como a Constituição Federal e o Código Penal vigentes na atualidade, todavia, existia proteção para a criança e punição para os possíveis crimes cometidos, devendo ser aplicada a punição de acordo com a interpretação das autoridades da época à medida que os crimes e a autoria deles fossem comprovados.

Ao analisarmos os crimes contra Araceli na perspectiva da Constituição Federal de 1988 e o Código Penal atual, podemos considerar o crime de sequestro, que, segundo o artigo 148 do Código Penal (CP), é apresentado como: “Privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado”. Ainda, segundo o parágrafo 1º, inciso IV, “é pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos”.

O artigo 148, inciso V, define o crime praticado para “fins libidinosos” como qualificadora, tornando a pena maior.

Na época do crime contra Araceli, existia ainda o crime de rapto, que não existe no Brasil desde 2009, que significava "raptar mulher honesta, mediante violência, grave ameaça ou fraude, para fim libidinoso". Posteriormente foi revogado pelo artigo 5º da Lei nº 11.106/05, mas não implicou *abolitio criminis*.

A nova lei, embora tenha revogado o artigo 219 do CP, não descriminalizou a conduta praticada, que, agora passou a ser inserida no artigo 148, parágrafo 1º, inciso V, do CP, que prevê o sequestro com fins libidinosos, independentemente de a vítima ser “mulher honesta” e independentemente de fraude, bastando a retenção que caracteriza o

cárcere privado. Este crime se encaixa no caso da menina, uma vez que foi sequestrada para ser estuprada, com o agravante de a vítima ser menor de idade.

O crime de sequestro qualificado formal se consuma no momento de captura da vítima, ainda que o agente não tenha conseguido realizar com ela os atos libidinosos pretendidos. No entanto, caso consiga realizar tais atos mediante violência ou grave ameaça, responderá pelo crime de estupro, em concurso material com o de sequestro. No caso de Araceli, portanto, há o crime de estupro qualificado pelo resultado morte da vítima, também pela idade da vítima, a pena é de 12 a 30 anos de reclusão em concurso com o sequestro.

A dignidade sexual é protegida pela Constituição Federal vigente atualmente, considerando que “ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo”.

Pode-se encontrar diversos fatores que tornam o crime contra Araceli extremamente grave: a vítima era menor de catorze anos, teve sua liberdade cerceada para ser estuprada e a violência e crueldade de seus assassinos levaram à morte da menina.

Na legislação vigente, hoje, os assassinos de Araceli poderiam ser enquadrados por tais crimes e receber uma pena proporcional a sua conduta, assim como ocorreu no caso de outros crimes de grande repercussão na mídia cometidos com emprego de extrema violência, como é o caso de Liana Friedenbach e Felipe Caffé, um dos crimes mais chocantes e violentos divulgados no Brasil, cujos assassinos receberam pena maior de 100 anos e internação em manicômio judiciário por tempo indeterminado.

Ainda que no Brasil a pena de reclusão não supere a 30 anos, a gravidade de muitos crimes e a crueldade com que são praticados provocam o desejo de justiça nos familiares da vítima e na população, que esperam uma pena, no mínimo, proporcional à conduta do indivíduo, além do medo de conviver em sociedade com pessoas capazes de cometer tamanha violência contra outras pessoas.

A necessidade de que o legislador seja um conhecedor das Ciências Humanas existe, porque ele tem a desafiadora função de estipular uma pena que seja compatível com a conduta do agente, para isso, é necessário que se leve em conta fatores sociais, contextos e toda a complexidade envolvida no crime e suas consequências.

No caso da menina Araceli, não houve punição para o crime, diante de diversas dificuldades de se encontrar provas e apontar quem eram os verdadeiros autores. Por isso, o crime ficou sem solução e, apesar de ter sido aberto processo, este foi arquivado por falta de provas que elucidasse. Há profundas críticas quanto ao ocorrido, por se tratar de possível envolvimento de famílias ricas da região onde ocorreu o fato.

1.3. Pessoas envolvidas no caso

Diante do ocorrido, além da vítima, algumas pessoas foram acusadas de estarem envolvidas no caso. Para melhor compreensão, realizaremos uma breve apresentação dessas pessoas, com base nas informações divulgadas pela mídia.



Desaparecimento de Araceli foi divulgado nos jornais da época no ES (Foto: CEDOC/ A Gazeta)

Araceli Cabrera Sanchez Crespo – Aos 8 anos, foi sequestrada, drogada, violentada e assassinada de forma extremamente violenta, após sair do colégio na Praia do Suá, em Vitória – ES.

Lola Cabrera Sanchez Crespo – Mãe de Araceli e suspeita de participar do crime, no entanto, não há provas de sua participação. Boliviana, veio para o Brasil já adulta, onde se casou com o espanhol Gabriel Sanchez Crespo. Após o desaparecimento da filha, Lola se separou do marido e voltou para Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, onde se casou novamente. Hoje, ela tem dois filhos e está viúva. Voltou para o Espírito Santo em dezembro de 1978, onde foi presa suspeita de se viciar, abusar sexualmente e causar lesões corporais graves em uma menina de 13 anos, que ela havia trazido da Bolívia.

Gabriel Sanchez Crespo – Pai de Araceli, o espanhol trabalhava como eletricista em uma empresa que prestava serviços para Companhia Siderúrgica de Tubarão. Depois da morte da filha, Gabriel se separou da mulher e casou-se com outra mulher com quem teve outro filho. Carlinhos e Araceli são frutos de sua união com Lola.

Luiz Carlos Cabrera Sanchez Crespo – Irmão mais velho de Araceli, tinha 13 anos quando a irmã morreu. Ele morou na Serra, no Espírito Santo, mas se casou e foi para o Canadá. Ele é o atual proprietário da casa da família, no bairro de Fátima, na Serra.

Paulo Constanteen Helal, Dante Brito Michelini (Dantinho) e Dante de Barros Michelini – Os três principais acusados da morte de Araceli. Os Michelini já estiveram entre os maiores proprietários de terra do Espírito Santo, com interesse na indústria e no comércio. Os Helal estão entre os maiores comerciantes, com interesses na hotelaria e no ramo imobiliário. Pertencem, portanto, a famílias tradicionais e ricas na época do crime. Os jovens eram vistos por testemunhas como drogados e provocando vandalismo pelas ruas de Vitória, além de haver acusações de drogarem e violentarem outras meninas na época.

Paulo e Dantinho continuam vivos e moram no Espírito Santo. Já Dante Micheline, o pai de Dantinho e acusado de ajudar na ocultação do crime, é falecido. Em 2011, Paulo Helal foi preso durante uma operação, suspeito de falsificar documentos entregues ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

Nilson Sant'anna – Perito que estudou a causa da morte de Araceli. Ao *Jornal Nacional*, em 1977, Nilson explicou que a menina morreu após ser submetida a uma intoxicação por barbitúrico, medicamento usado como sedativo. Também apontou a evidência de que a vítima sofreu traumatismos quando ainda estava viva.

Hilton Silly – Juiz responsável pelo julgamento que condenou os principais acusados do crime.

Paulo Nicola Copolillo – Juiz que estudou o caso Araceli por cinco anos, depois do julgamento de Hilton Silly. Ele escreveu uma sentença de mais de 700 páginas e absolveu os acusados por falta de provas.

Ronaldo Monjardim – Encontrou o corpo de Araceli, em uma mata atrás do Hospital Infantil de Vitória. Na época, Ronaldo tinha 15 anos.

Embora possa haver mais pessoas envolvidas, essas foram as apresentadas pela mídia na época do ocorrido. Devido à grande divulgação e comoção social, o caso ganhou o interesse do escritor José Louzeiro, tornando-se um romance. Assim, o autor atrelou Direito e Literatura como forma de fazer com que o caso não acabasse no esquecimento, visto que a Literatura tem o seu caráter duradouro. É sobre essa obra ficcional, com base na realidade, que trataremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: ARACELLI, MEU AMOR, DE JOSÉ LOUZEIRO – UMA ANÁLISE DO ROMANCE

Neste capítulo, faremos uma análise interpretativa do romance *Aracelli, meu amor*, escrito pelo jornalista José Louzeiro, da qual nos utilizaremos para avaliar o romance-reportagem e sua função de denúncia, de maneira que possamos distinguir o que corresponde aos fatos e o que tomou ares de ficção na obra. Para tal, apontaremos passagens da obra que nos levem à reflexão acerca do ocorrido.

Discorreremos sobre a função desta obra de cunho investigativo e a sua importância para o Direito, para a informação dos fatos, que é a função do Jornalismo, para nos convidar a refletir e sensibilizar diante do crime e da impunidade, que infelizmente ocorre com certa frequência no Brasil, e ainda, promover um diálogo entre as Ciências Humanas e demonstrar a importância deste diálogo para a nossa sociedade.

2. 1. José Louzeiro

Segundo a biografia disponibilizada no site² pessoal de José Louzeiro, o autor, cujo nome completo é José de Jesus Louzeiro, nasceu em São Luís, Maranhão, no ano de 1932. Iniciou a carreira de jornalista aos 16 anos, já realizando estágios e fazendo reportagens. Trabalhou como repórter policial por mais de vinte anos no decorrer de sua vida, o que o aproximou de diversos crimes, entre eles, casos de destaque na mídia, como o caso da menina

² Disponível em: <http://www.louzeiro.com.br/>. Acesso em 09 de mar de 2018

Araceli. Essa proximidade com crimes devido a sua profissão como repórter, motivou Louzeiro a escrever romances, com o intuito de colaborar nas investigações, e mais ainda, de provocar maior diálogo e reflexão sobre tais acontecimentos, que muitas vezes não ganhavam destaque na imprensa, para que fosse acobertado.

O caso de Araceli tomou as páginas dos jornais do Espírito Santo, pois, apesar de envolver pessoas com muito dinheiro e ocorrerem tentativas de impedir que a verdade dos fatos fosse conhecida, a população local e vozes como a de José Louzeiro não se calaram e procuram divulgar a falar sobre o ocorrido, no intuito de elucidar o caso e fazer justiça, e ainda, de impedir que novos casos semelhantes ocorressem.

Em 1954, Louzeiro foi morar no Rio de Janeiro. Trabalhou, inicialmente, na *Revista da Semana* e como foca em *O Jornal*, da Cadeia dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Trabalhou ainda nas redações da *Revista da Semana*, *Manchete*, *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Correio da Manhã* (no Rio) e, em São Paulo, pela *Folha de S. Paulo* e o *Diário do Grande ABC*.

No ano de 1958, estreou na literatura com o livro de contos intitulado *Depois da Luta*. Em 1976, trabalhou como co-roteirista do filme *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia*, de romance homônimo de JL, lançado em 1975, pela editora *Civilização Brasileira* de Ênio Silveira.

As obras publicadas por José Louzeiro são: *Infância dos Mortos*, argumento do filme *Pixote*; *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia* (título homônimo no cinema); *Aracelli, Meu Amor*; *Em Carne Viva*, lembrando o drama de Zuzu Angel e de seu filho Stuart Angel, morto na tortura, na década de 60. Entre os infanto-juvenis: *A Gang do Beijo, Praça das Dores*, uma lembrança dos meninos assassinados na Candelária, em 1993), *A Hora do Morcego* (Ritinha Temporal) e *Gugu Mania*. Escreveu também a biografia de Elza Soares – *Cantando Para Não Enlouquecer* – a "intérprete guerreira" da música popular brasileira. Posteriormente, escreveu *O Anjo da Fidelidade*, um estudo da trajetória do negro Gregório Fortunato, o guarda-costas de Getúlio Vargas.

Autor de 40 livros e criador, no Brasil, do gênero intitulado romance-reportagem, José Louzeiro também trabalhou com cinema brasileiro, como roteirista de dez longas-metragens: *Lúcio Flávio, o Passageiro da Agonia*, *Pixote*, *O Caso Cláudia* e *O Homem da Capa Preta*. Pela Editora Francisco Alves, escreveu o estudo biográfico *O Anjo da Fidelidade*. Em 2001, pela Editora do Brasil, publicou *Isto não deu no jornal*. Em 2002, *Ana Neri, a brasileira que*

venceu a guerra (Editora Mondrian), biografia da heroína baiana, patrona dos enfermeiros brasileiros.

Coordenou a coleção de romances policiais para a Editora Nova Fronteira (Primeira Página) já com cinco livros impressos e três lançados: *No fio da noite*, de Ana Teresa Jardim, *Juízo final*, de Nani e *A fina Flor da Sedução*, de José Louzeiro.

José Louzeiro faleceu aos 85 anos, no dia 31 de dezembro de 2017.

Dentre os diversos livros escritos pelo autor, queremos destacar o romance *Aracelli, meu amor*, que é objeto de estudo deste trabalho. Este romance marca a luta de Louzeiro pela justiça e por divulgar a informação acerca de um crime que não foi elucidado na época.

O romance é inspirado num caso real e foi a maneira que o autor encontrou na época de denunciar um crime que estava sendo acobertado e com diversos erros e possíveis tentativas de despistar as investigações e impedir que as informações chegassem a público.

O romance-reportagem foi a maneira que o autor encontrou de levar até as pessoas um fato que, embora estivesse estampado na capa dos jornais e na televisão daquela época, estava cheio de incoerências e interferências de pessoas possivelmente envolvidas. A própria mãe da menina, suspeita de tráfico e de envolver a filha menor no crime, negava que o corpo no necrotério fosse da menina. Louzeiro buscou entrevistar pessoas que conheciam a família e a criança e relataram sobre o cotidiano da família e as práticas de dona Lola, mãe da criança. Louzeiro ainda entrevistou pessoas que conheciam as famílias apontadas como autores do crime e o dia a dia destes, e irá expor o que investigou por conta própria em seu romance.

2.2 *Aracelli, meu amor*

O romance *Aracelli, meu amor*, escrito pelo jornalista José Louzeiro no ano de 1976, trata-se de uma obra de cunho jornalístico-investigativo, que tomou ares ficcionais. Inspirado no fato real da menina que foi raptada, drogada, violentada e assassinada por uma turma de jovens da alta sociedade do Espírito Santo, o romance traz características narrativas que serão demonstradas adiante que o encaixam no gênero ficcional.

O nome da menina, Araceli Cabrera Crespo, aparece no romance com a grafia “Aracelli”, tendo a consoante “l” duplicada, o que demonstra o caráter ficcional da obra e é utilizada pelo autor para diferenciar do nome real da menina, que aparece nas investigações e documentação, da personagem que o autor descreve na obra.

José Louzeiro acompanhou o caso de Araceli, e, anos após, o crime afirmou ter escrito o livro com o intuito de colaborar com as investigações e motivado pela indignação com a dificuldade das autoridades para esclarecer o caso, as notícias contraditórias que se espalhavam sobre o ocorrido e a impunidade dos assassinos.

Para tal, o jornalista foi pessoalmente entrevistar pessoas que viveram próximos à menina, investigar o dia a dia da criança, da família, dos vizinhos, coletando informações que pudessem auxiliar para a compreensão do ocorrido.

Ao realizar a análise da obra, encontramos traços da narrativa ficcional, um narrador observador em terceira pessoa que apenas narra os acontecimentos de acordo com o discurso direto das personagens. Ao utilizar esta técnica, Louzeiro insere ao romance fatos que os vizinhos e conhecidos de Araceli e sua família contaram a ele, misturando fatos reais, do cotidiano da família às crenças populares, suspeitas e comentários de pessoas que conheciam os envolvidos. Portanto, podemos observar que o jornalista ora transmite os dados se utilizando de técnicas próprias do jornalista, apontando dados da investigação policial, fatos, horários e diálogos entre autoridades, ora constrói uma narrativa ficcional, com algumas passagens fantasiosas.

Louzeiro inicia o romance descrevendo as últimas ações de Araceli ainda viva. A menina sai do colégio e se senta num ponto de ônibus, começa a brincar com um gato que sempre estava por ali, é vista por alguns passantes e um menino de bicicleta pela última vez. Após aquele momento, ninguém saberá mais o que aconteceu com a menina. Neste primeiro capítulo, encontramos a data do ocorrido, uma característica do texto jornalístico:

Vitória, sexta feira, 18 de maio de 1973

Araceli Cabrera Crespo sai do Colégio São Pedro, na praia de Suá, vai para o ponto de ônibus, na esquina do Bar Resende, cadeiras de madeira pintadas de branco na calçada, uma banda de jornais em frente. É uma garota de nove anos, muito desenvolvida para a pouca idade, olhos negros e vivos, bonita na farda de saia azul, blusa azul mais claro, as iniciais SP bordadas no bolso esquerdo. Ainda não são 17 horas. Chegam outras pessoas, ficam olhando jornais e revistas. Araceli senta-se numa cadeira, põe a pasta sobre a mesa, brinca com o gato que sempre encontra por ali, silencioso e ágil. (LOUZEIRO, 2012, p. 11)

Na passagem acima, é possível notar as características descritivas do texto jornalístico, que apresenta um caráter referencial ou informativo quanto aos fatos ocorridos, com o emprego dos verbos no presente do indicativo. Traz informações de como aconteceu algo, quando aconteceu, onde, além de descrições quanto às características físicas da vítima e descrições do que ela estava fazendo pela última vez em que foi vista.

A obra de Louzeiro apresenta as personagens que faziam parte do núcleo familiar de Aracelli, pai, mãe, irmãos, também os vizinhos. Tem como personagens, ainda, pessoas ligadas à investigação, um vereador e estudante de Direito, que busca de todas as maneiras pressionar as autoridades para que o crime seja esclarecido. Mostra, ainda, o núcleo de acusados pelo crime.

Em determinadas personagens do romance, é possível notar o estilo fictício refletido, entre elas, a cigana Rita Soares, a “tia Rita”, que, no romance, auxilia nas investigações sobre o sumiço da menina. A personagem é cercada de mistérios, tem a capacidade de adivinhar o futuro e pré-determina a punição dos acusados, que, segundo ela, irão pagar pelo que fizeram à justiça divina, ainda que não paguem à justiça humana.

O quarto é pequeno e bastante escuro. Rita parece não se incomodar com isso, mexe com facilidade por entre os objetos, em busca de alguma coisa que não está encontrando. Logo depois aparece com um copo de cristal. Dudu movimentava-se atrás da cigana, sem pronunciar qualquer palavra. O copo é posto sobre a mesa. Rita coloca água dentro dele, até ficar quase cheio. Faz o sinal da cruz, acende duas velas. A primeira fica equilibrada sobre uma lata de leite em pó, vazia, a segunda ela segura.

-Veja bem como andam as coisas.

Dudu está surpreso com tanto mistério e vê o primeiro pingo de cera cair, afundar e voltar à superfície. Depois, outros pingos vão se sucedendo, e só aí percebe que está formando o rosto de uma pessoa, e essa pessoa não é outra senão Jorge Michelini. Quando a miniatura está perfeitamente nítida, vai descendo para o fundo do copo.

- O que significa isso, tia Rita?

-Acabou. Não é mais deste mundo. Deixou de sofrer e fazer sofrer.

Outros pingos de cera quente caem nos pingos da água do copo, diante dos olhos incrédulos do perito. Vagarosamente, vai se formando a ponta de um queixo, depois o nariz, a testa e os cabelos.

- Conhece quem é? Pergunta Rita Soares.

-É Elizabeth, filha de Constanteen Helal.

Um novo pingo de cera cai dentro d'água, e a miniatura vai afundando.

- O fim dessa senhora tá próximo. Nada mais vai poder adiar a grande viagem.

Rita Soares coloca a vela na lata de leite em pó, ao lado de outra que se extingue, em plena claridade da manhã que penetra a casa. A miniatura do rosto de Jorge Michelini já está quase sumida, e a de Elizabeth Helal também vai sumindo, como se fosse naftalina.

Os pingos de cera caem de novo na água., dissolvem-se, juntam-se numa pasta espessa, onde pouco a pouco forma-se o rosto moreno e magro, de grossas sobrancelhas e cabelos negros.

- É o Paulinho Helal, sem tirar nem pôr- acentua o perito- É o irmão de Elizabeth.

-Por cauda dele, o destino da irmã tá selado- afirma Rita Soares.

A cigana ainda está com a vela sobre o corpo- Desta vez, caem muitos pingos, tênues fios brancos afloram, afundam, formam ramificações intrincadas. Os pingos subsequentes vão adensando aquele verdadeiro labirinto e sobre a nervura de complexidade desce uma película de sorvete que derrete ao calor, e o rosto toma forma. Primeiro os cabelos e a testa, depois, parte do queixo e do nariz.

-E dona Lola.

-Ela mesma- responde Rita Soares

O rosto é nervoso, os olhos assustados.

Dudu recosta-se na cadeira, pergunta se pode fumar.

-Confesso que tô confuso. Sabia que Jorge Michelini morreu esta madrugada?

- Há muito tempo já sabia.

Enquanto olha a mulher, seus olhos verdes, as unhas crescidas e sujas da mão que segura a vela, Dudu vê formar-se no copo o terceiro rosto. É o de Dante Michelini Júnior. Rita Soares não parece surpresa com as miniaturas que aparecem na superfície.

- Quando as figuras não afundam, o que significa?

- Que vão ter muita coisa pela frente.

Acha que, de alguma forma, dona Lola seria uma das culpadas?

- Pelo fato de aqui aparecer, acho que sim.

- E, se de fato estiver implicada na morte da filha, qual será o seu castigo?

- Uma longa vida de sofrimentos. Por isso, sua imagem se formou sobre aquela ramificação tão complicada.

- E que diz do irmão de Elizabeth?

- Uma vida sem alegria. O constante enfado de tudo. Seus olhos vão morrer pro verde das árvores e o vermelho das rosas. Os risos das crianças vão lhe abrir feridas no peito. Já este outro- toca com o dedo na cabeça de Dante Júnior- verá os caminhos do desespero e da danação. A idéia de suicídio lhe ocorrerá muitas vezes, mas nem pra isso vai ter coragem.

- A senhora pode ver a imagem de Araceli?- pergunta o perito

- Minha destinação é apenas com os culpados. (LOUZEIRO, 2012, p. 135-137)

Neste trecho, o investigador Dudu, que, no romance mostra-se perturbado e dividido entre encarar o crime da forma racional de sua profissão e ouvir os presságios da cigana, procura Rita Soares para que ela faça a sua leitura do crime.

O investigador oscila entre a esperança de solucionar o crime e ver os responsáveis pela morte de Aracelli serem condenados, mas se depara com inúmeras dificuldades, morte repentina do antigo investigador, contatos entre as autoridades e os pais dos suspeitos e diversas situações que parecem atravancar a resolução. Diante deste cenário, as palavras da cigana, cheia de empatia e sedenta por justiça tornam-se um conforto para o investigador, que tem simpatia e curiosidade por esta misteriosa mulher que prevê o castigo divino aos assassinos de Aracelli

Outra passagem do romance que demonstra seu gênero fictício é quando Dudu visita novamente Rita Soares, depara-se com os filhos de Rita afirmando terem conversado com o espírito de Aracelli:

A gente estava no campinho, sabe, perto do riacho. Aí Aracelli chegou, ficou olhando o jogo. Começou a chover, Radar saiu correndo pro capinzal, Tuca foi atrás com Aracelli. Depois Radar voltou sozinho. Tiziu ainda saiu procurando pelo mato, mas não achou; foi o tempo que a chuva engrossou mesmo e a gente veio embora. (LOUZEIRO, 2012, p.160)

No trecho destacado acima, filho de Rita afirma ter visto Aracelli e conta que o irmão desapareceu junto com a menina numa tempestade. Os acontecimentos intrigam o investigador por muito tempo, uma vez que, após retornar para casa, descobre que não ocorreu chuva em qualquer outra parte da cidade, porém, ele presenciou a tempestade, o desaparecimento de Tuca, filho mais novo de Rita, e participou de uma busca para encontrar o garoto em meio à tempestade.

Os acontecimentos narrados demonstram um caráter mais ficcional da obra, tornando-a não uma descrição de fatos verídicos, mas sim um romance baseado num fato real. O assassinato de Aracelli é um fato que comoveu o país na década de 1970, no entanto, muito do que Louzeiro narra no romance não são fatos reais, mas fantasias e crenças populares, muitas das quais o jornalista ouviu de vizinhos e conhecidos da família de Aracelli.

2.3. A Literatura e o Jornalismo

O discurso jornalístico, ao dar preferência à extrema referencialidade, ao reproduzir literalmente as falas dos protagonistas de acontecimentos, ao usar inúmeras vezes um vocabulário mais técnico, busca uma maior transparência e comprometimento com a veracidade dos fatos ocorridos, de forma a narrar e descrever exatamente o que ocorreu.

O romance-reportagem, conseqüentemente, ao mimetizar a linguagem da reportagem, vai refletir essa busca de transparência quando adota certos processos narrativos comuns aos discursos realista e jornalístico. Dentre estes processos que aparecem com mais ênfase no romance-reportagem, podemos destacar os recortes de discursos copiados da realidade e o registro linguístico da fala das personagens.

Este registro não é usado de forma caricatural; nas narrativas, mas que tem a função de instaurar marcas de coloquialidade nos diálogos. Desse modo, também referencializam o grupo ou a classe social a que pertencem às personagens, dando ainda características de personalidade. Essas características são observadas no romance *Aracelli, meu amor*, quando, em algumas passagens, o autor introduz gírias de determinados grupos, e também, palavrões, que transmitem essas características das personagens.

Observamos que o romance-reportagem incorpora todos os procedimentos operacionais da reportagem: pauta, pesquisa, coleta de dados e informações, redação, edição e mesmo a linguagem típica do jornalismo

Segundo Cosson (2005) o gênero romance-reportagem nasceu da “hibridação do discurso jornalístico e literário”, resultado, portanto, de uma combinação entre o discurso literário e o discurso não literário. O autor chama de “intersecção das marcas constitutivas e condicionadoras da narrativa romanesca e da narrativa jornalística” (COSSON,2005.p. 32)

Ainda, segundo Cosson (2005) o gênero romance-reportagem ganha espaço no período da ditadura militar, quando havia censura de informações que de alguma forma fossem consideradas como contrárias aqueles que governavam. Os jornalistas tinham as matérias avaliadas, para que fosse permitida ou não sua publicação. Neste contexto o romance-reportagem, com suas características híbridas, surgiu para que fosse possível aos jornalistas escrever sobre assuntos que não seriam permitidos somente no âmbito jornalístico, como informação.

Davi Arrigucci (1999) define o estilo de romance reportagem como alegórico. Para o autor, trata-se de um retrato reduzido da realidade brasileira, uma vez que busca falar sobre uma “verdade”, através de um fato particular, limitando a visão do leitor.

Por outro lado, Heloísa Buarque de Holanda e Marcos Augusto Gonçalves define da seguinte maneira:

Num momento em que o jornal parece não poder mais informar, noticiar e muitos menos se pronunciar, cresce por toda parte o desejo aguçado do testemunho, do documento, da exposição da realidade brasileira, o que de, certa forma, promove uma quase insatisfação com a narrativa literária. O discurso jornalístico, enquanto técnica de referir-se ao fato, de oferecer para o leitor a realidade imediata, os esquemas de linguagem mais próprios para dizer as urgentes verdades da história recente do país parecem agora uma saída para a literatura. (HOLANDA E GONÇALVES ,2005, p. 119)

Na passagem acima, a autora discorre sobre o contexto em que o país vivia e a literatura como “saída” para que se pudesse falar sobre os fatos ocorridos.

Uma diferença que podemos apontar entre a reportagem e o romance-reportagem é o discurso do narrador. O jornalismo contemporâneo impõe ao narrador de suas reportagens certas restrições quanto ao envolvimento deste com os fatos que reconstitui.

É recomendado ao jornalista que observe, pesquise, investigue, mas, que evite se envolver ao narrar e que o faça com distanciamento, que procure expor os fatos, permitindo que eles falem por si, sem interferência do jornalista, ou de forma que demonstre emitir sentimentos ou opinião sobre o fato ocorrido. O narrador do romance-reportagem, apesar de incorporar procedimentos operacionais do jornalista, não se limita apenas a olhar. Ele se envolve com os fatos e, ao narrá-los, opina, faz juízos de valor, toma partido, julga. Oferece ao leitor uma história que passou também pela vivência do próprio narrador. Este narrador irá se utilizar de casos que já foram largamente informados e explorados pelos meios de comunicação e refazer as matérias sob o ponto de vista narrativo, resgatando com isso o outro lado do discurso: não a expressão, mas a reflexão.

No romance *Araceli, meu amor*, observamos, ora características do romance jornalístico, ora um maior envolvimento do narrador, em que ele deixa transparecer suas

emoções e também, atribui características de outros gêneros literários fictícios ao romance. Notamos, portanto, um gênero híbrido.

Rildo Cosson (2005), no ensaio *Romance–reportagem: o império contaminado*, avalia que a expressão “império dos fatos” aponta para um princípio básico do jornalismo: a obediência à factualidade. Segundo o autor, a literatura seria descompromissada com a verdade e com o fato. Cosson demonstra ainda que existe uma apropriação ficcional da realidade que é diferente da apropriação factual demandada pelo jornalismo e conclui que, se o jornalismo é o império dos fatos, a literatura é o jardim da imaginação. “Na metáfora do império estão contidas as ideias de força, domínio e amplidão de territórios que contrastam com a fragilidade e a sacralidade da arte de cultivar as flores da linguagem no jardim da imaginação”. (COSSON, 2005, p. 58)

Medel (2002) faz distinções acerca da literatura e do jornalismo:

As relações entre criação literária e jornalismo têm sido problemáticas desde seus inícios. Parece que aquela, sem abandonar a dimensão lúdica e frutiva, deve encaminhar-se para o essencial humano, bem que encarnado nas inevitáveis coordenadas espaço-temporais que nos constituem. A atividade informativa, ao contrário, aponta mais para o efêmero, passageiro, circunstancial (e sabemos até que ponto a vertigem informativa devora a estabilidade e permanência dos acontecimentos). (MEDEL, 2002, p.18)

No trecho acima, Medel (2002) levanta a polêmica sobre o se o jornalismo pode ou não ser alçado à categoria de literatura, fazendo uma reflexão sobre a finalidade de cada uma e suas diferenças. Segundo o autor, há relação entre a literatura e o jornalismo é problemática, uma vez que o jornalismo está ligado à atividade informativa, circunstancial, enquanto a literatura tem uma relação maior com a problematização humana universal.

De acordo com as ideias do filósofo Bakhtin (2003), nas ciências humanas (e se entendermos que o jornalismo dela é parte integrante, não há em um texto o primado de um sujeito unívoco, pois existe não apenas aquele que analisa, mas também o que é analisado, sendo que o texto constitui-se num conjunto de signos. Ao analisar o discurso jornalístico, não se pode destituir do enunciador, a sua classe social e sua visão de mundo no momento da apreciação dos fatos e na sua formulação verbal, o que coloca em dúvida a objetividade quanto ao seu poder de verdade absoluta. Se na literatura o que importa é o caráter verossímil

do discurso, o pacto de verdade firmado com leitor de um mundo possível com relação a determinada história, no jornalismo a suposta verdade dos fatos, é amparada pela existência de provas, sejam elas materiais, testemunhais ou científicas

2.4. O romance reportagem, de José Louzeiro escrito no período da ditadura militar

Entre os anos de 1964 e 1985, a ditadura militar limitou a vida política, social e cultural do país, levando às restrições de liberdade de imprensa, o que afetou a vida de artistas, escritores e jornalistas. O decreto do Ato Institucional nº5 agravou ainda mais a situação, uma vez que contrariar o governo se tornou crime, que, em alguns casos, se pagava com a vida.

A censura se instalava nas redações dos grandes jornais, e muitos repórteres e editores foram perseguidos e impedidos de exercer a sua profissão. Segundo Maria Aparecida de Aquino, com essas medidas, o governo pretendia promover “o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida” (AQUINO, 1999, p. 15).

Foi neste cenário que muitos profissionais ultrapassaram os limites do jornalismo para resistir à violência do militarismo. Entre esses profissionais, está o maranhense José Louzeiro, que foi buscar na literatura uma maneira de mostrar o Brasil e preencher a lacuna deixada pela imprensa naquela época. O jornalista ultrapassou as barreiras e utilizou-se da literatura para fazer denúncias e expor os fatos ocorridos em seu país, mesclando literatura e ficção.

Louzeiro, enquanto repórter, denunciava os problemas sociais e abusos políticos, a ponto de sofrer perseguições por parte dos últimos. O jornalista esteve em contato com o mundo marginal em muitos momentos de sua vida, tendo uma rotina de conversas com detentos, moradores de rua e diversos outros grupos marginalizados da sociedade, o que o levou a produzir grandes reportagens, em algumas, extrapolando os limites jornalísticos, buscando a aproximação com a literatura, de modo que demonstrasse um olhar diferenciado e sensível da sociedade brasileira.

José Louzeiro, em entrevista concedida (LOUZEIRO, 2011), afirma que sempre idiotamente teve “uma pretensão de uma coisa que pode-se chamar de vingança contra a sociedade cruel em que vivemos”. Diz ainda:

Eu sempre fui a favor dos ofendidos, sempre. Então, me revoltava muito. Por exemplo, o Lúcio Flávio pra todo mundo era um bandido. Não, não. Ele é fruto da crueldade do golpe militar de 64. [...] Vale a pena o comportamento do Lúcio? Valeu a pena? Não sei. Mas esse foi o dever dele. Por aí que ele começou a ver o mundo. Ele tinha que se vingar daqueles caras que ridicularizam e levaram o pai dele ao ridículo com a cara toda suja de bolo e levando bolachas e pontapés. (LOUZEIRO, 2011).

O romance-reportagem tornou-se importante para desconstruir a identidade criada pelo regime militar, combater a repressão e construir uma consciência crítica na população quanto aos direitos humanos. Era, portanto, uma maneira de resistir às proibições e expor a realidade do país. José Louzeiro, numa entrevista à *Folha de São Paulo* fez a seguinte reflexão:

E como os autores que estão envolvidos nisso têm preocupações sociais profundas, como é o meu caso, obviamente esse romance, antes de ele refletir uma peripécia meramente para o encantamento do leitor, antes de ser uma literatura de entretenimento, a gente faz uma literatura realmente pra valer, uma literatura que reflete os problemas da sociedade em geral. [...] Mas como o que eu escrevo tem o propósito de ser mais popular, a começar pela linguagem que uso, existem passagens nos meus livros que são verdadeira literatura oral. E tenho absoluta consciência disso, que é pra ver se consigo sair de um grupo de leitores de uma classe média elitizada para um leitor de classe média proletarizada. [...] E essa é uma literatura bastante despreocupada com aspectos formais e tem sido bem aceita de uma maneira geral pelos editores e pelos leitores. (LOUZEIRO, 1980)

Louzeiro, ao utilizar-se de uma linguagem popular e com ênfase na oralidade, favorece a rápida compreensão, especialmente dos leitores não tão acostumados com a literatura, na tentativa de expandi-la para além de uma elite intelectualizada. Segundo o jornalista: “Mas nós temos dois caminhos na nossa literatura. Quando eu digo nós, incluo toda a América Latina. Ou nós polarizamos a literatura ou a literatura se elitizará de uma vez por todas” (LOUZEIRO, 1980).

É neste cenário de repressão, em que os jornalistas não tinham liberdade para transmitir a informação e menos ainda, expressar uma opinião, que José Louzeiro escreveu *Aracelli, meu amor*, obra literária em que expõe o assassinato brutal de uma menina de nove anos, que, embora tenha tido repercussão na imprensa, estava cercado de notícias que não eram verdadeiras e havia grande dificuldade de apontar os autores do crime. O trabalho de Louzeiro serviu como mote para a denúncia de uma rede de exploração e abuso infantil no país, associada ao abuso de poder, tráfico de drogas, corrupção e impunidade. Os fatos registrados em Vitória (ES) refletem o que ocorria no país, e outros casos semelhantes ao que ocorreu com Aracelli ficavam impunes. Expor o crime contra Aracelli e o envolvimento de aliados da ditadura, de autoridades demonstra a postura de resistência do autor num cenário de autoritarismo.

No romance *Aracelli, meu amor*, há a denúncia contra a corrupção por parte de policiais. Para isso, faz-se necessário o uso de documentos que, contextualizados, darão autenticidade ao que é narrado. Tais documentos são instrumentos de denúncia, como o relatório do perito Carlos Éboli, entregue ao juiz Waldir Vitral, responsável pelo caso, que aconselha mais empenho no desvendamento do crime para que a justiça possa ser feita. É o relatório que irá canalizar vários pontos da narrativa, apontando que a polícia local mostrava pouco ou nenhum interesse em resolver as circunstâncias do assassinato da criança, deixando entender que pessoas de maior escalão eram responsáveis por essa ineficiência da corporação, como afirma Cosson (2001), a denúncia:

Atinge o seu lado social quando se inclui o assassinato de Araceli na relação de crimes insolúveis pelo “descaso” policial, ou chega-se à conclusão de que em nossa sociedade, como diz uma personagem do mesmo romance-reportagem: “... onde tem um grande crime, há um rico metido nele”. (COSSON, 2001, p. 74)

Notamos, portanto, que, embora o romance-reportagem do jornalista José Louzeiro não possa ser considerado para fins de investigação, possui a finalidade de chamar à discussão um assunto que muitos preferiam calar, numa época em que não se tinha liberdade para expressar uma opinião ou testemunhar o que se sabia.

Louzeiro foi um corajoso ao expor, por meio de seu romance, um assunto que incomodava muitas pessoas, entre elas, pessoas da elite e autoridades, e que denunciaria um crime brutal contra uma criança e o envolvimento de filhos de pessoas da elite, que, segundo

os relatos colhidos pela jornalista, tinham o costume de se drogar e estuprar outras crianças. Porém, o caso de Aracelli, ao ganhar voz, se tornou um marco, uma denúncia sobre um crime cruel, mas que necessita ser encarado e discutido, para que possamos compreender suas causas e consequências e fazer valer o Direito.

O Direito possui a finalidade social de se fazer valer diante de toda a sociedade, de aplicar a justiça e buscar uma sociedade igualitária. O romance *Aracelli, meu amor*, na voz de Louzeiro é um clamor por justiça, para que os operadores do direito e toda a sociedade olhe para as tantas “Aracelis”, crianças vítimas de violência, abusos dentro do próprio lar e por terceiros, desprotegidas, que perdem a liberdade de ir e vir por estarem todos os dias expostas ao perigo de serem violadas e mortas.

Araceli, segundo as investigações da época e as investigações que foram realizadas após o crime, tanto formais quanto informais, como é o caso daquela realizada por José Louzeiro, foi vítima de jovens da elite do Espírito Santo, que por serem filhos de pessoas ricas, de sobrenome importante e influência política, não responderam pelos seus atos.

O romance de Louzeiro desnuda a cruel realidade da impunidade e da desigualdade social, que, infelizmente, está tão presente no meio político e judiciário de nosso país.

CAPÍTULO III: UM DIÁLOGO ENTRE DIREITO, JORNALISMO E LITERATURA E REFLEXÕES SOBRE O CASO CONCRETO

Buscamos com este trabalho fazer uma reflexão sobre até que ponto o romance *Aracelli, meu amor*, de José Louzeiro, pode ser considerado uma fonte de informações verídicas acerca do assassinato da menina Araceli, no ano de 1973, uma vez que encontramos características de outros gêneros no romance, que nos fazem interpretá-lo como um romance híbrido.

Ao unir as três áreas, Direito, Jornalismo e a Literatura, buscamos uma reflexão sobre o ser humano, levando em conta a sua complexidade. O Direito, por ser uma ciência objetiva, busca aplicar as normas vigentes para organizar a sociedade, de forma que estabeleça limites para a convivência entre as pessoas e, ao mesmo tempo, manter a liberdade dentro de seus limites. Esta ciência envolve questões morais e éticas, adentrando, portanto, na filosofia, na sociologia e na psicologia. Já o Jornalismo tem por objetivo transmitir informações precisas com base nos fatos ocorridos e dados apurados pelas investigações, tendo também um

compromisso objetivo, de apresentar exatamente o que ocorreu. Já a Literatura está no campo das Artes, e não possui compromisso com a realidade; seu papel é representar aquilo que poderia ocorrer e, com isso, levar o leitor a ter sensações e sentimentos que normalmente não viveria em seu cotidiano, o que transporta para diversos lugares e realidades, fazendo refletir sobre as mais diversas situações, reais ou fantásticas.

O crítico literário e sociólogo Antônio Cândido (1989), trata a literatura como um direito que todo ser humano tem e ainda destaca a importância da literatura para as questões sociais:

A literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. (CANDIDO, 1989, p. 113)

Pode-se questionar então, qual a importância de promover o diálogo entre as Ciências Humanas e as Artes. Por que é importante para o Direito a ligação com o Jornalismo e com a Literatura?

Durante décadas, as Ciências Humanas foram influenciadas pelo positivismo, uma corrente filosófica do século XIX que defendia a ideia de que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro. Para tal corrente, só se poderia comprovar a verdade de uma tese se ela fosse comprovada por meio de métodos científicos válidos. Nada do que estivesse ligado às crenças, superstições ou qualquer outro meio que não pudesse ser comprovado cientificamente seria considerado como válido.

Essa corrente influenciou as Ciências Humanas num período da história recente, inclusive, o Direito, que se concentrava apenas no que estava positivado com base nos fatos empíricos, ou seja, aquilo que se podia observar e comprovar. O positivismo passou a sofrer críticas, especialmente porque excluía outras formas de conhecimento que não fossem cientificamente comprovadas. Trata-se de um assunto profundo e extenso, mas pretendemos nos atentar para o fato de que o positivismo passou a perder força por não considerar outros fatores da sociedade humana além dos fatos comprovados cientificamente e aplicados.

O ser humano é complexo e a sociedade muda ao longo das épocas, por este motivo, é necessário considerar diversos outros fatores, entre eles, culturais e comportamentais, morais, éticos, etc. Portanto, as Ciências Humanas necessitam dialogar entre si para buscar

compreender o ser humano e a sociedade e contribuir de forma conjunta e não como ciências isoladas.

Para tal, o Direito busca na História e na Sociologia os costumes, as mudanças, assim como na Psicologia e na Filosofia o comportamento, os valores morais e éticos, enquanto o Jornalismo investiga e transmite informações verídicas dos diferentes meios e grupos existentes.

Os valores de cada sociedade estão presentes na literatura, nas suas mais diversas formas. Ela ensina, denuncia, mostra os problemas, mostra o passado, nos demonstra lições importantes. A literatura educa e faz com que as pessoas abram os olhos para o mundo real, que enxerguem além do que costumam enxergar, que se tornem críticos e reflitam sobre situações que não vivenciam no seu dia a dia, como se pudessem se colocar no lugar de outras pessoas

A interdisciplinaridade entre Direito, Jornalismo e Literatura é de extrema importância. Por meio de várias obras, a Literatura influencia no estudo e na prática do Direito, pois como foi dito, ele se utiliza da Literatura para interpretar a sociedade e saber o que ela pensa sobre a justiça. Assim tanto as pessoas em geral quanto os próprios operadores do direito podem fazer melhores reflexões sobre o mundo que os cerca e inserir esse conhecimento no universo jurídico.

Assim, a literatura, embora não tenha o compromisso com a realidade, busca recriar a realidade a partir de um ponto de visão, muitas vezes, pode assumir uma posição de crítica ou ainda de denúncia e nos levar à reflexão acerca dos acontecimentos de nossa sociedade.

Desta maneira, podemos concluir que o romance *Aracelli, meu amor*, cumpre seu papel literário, de levar o leitor à reflexão e promover a sensibilidade, a empatia diante de um crime que chocou o país há décadas atrás, sendo também, de grande importância para o Direito, uma vez que há a necessidade de que esta ciência esteja atenta ao comportamento e aos valores sociais. *Aracelli, meu amor* é um pedido de justiça marcado na história da literatura do Brasil.

O romance de Louzeiro nos ajuda a discutir sobre um assunto de fundamental importância para que busquemos mudar o cenário de violência presente em nossa sociedade. É preciso falar sobre, dialogar, para que possamos entender os motivos que levam às práticas cruéis contra outro ser humano e buscar políticas que visem encontrar soluções para os conflitos sociais.

Aracelli, meu amor, pode ser considerado um romance-reportagem, que cumpre seu papel de denúncia, uma vez que registra um fato que marcou a sociedade brasileira. No entanto, para o Direito, que visa resolver os conflitos e promover o bem estar social com base em fatos apurados, não pode ser considerado como base investigativa, uma vez que a fase investigativa do Processo Penal trabalha com fatos concretos, em que as autoridades policiais coletam dados que podem ser comprovados para que posteriormente, a denúncia seja realizada. O caso teve a investigação comprometida, segundo notícias e segundo as próprias investigações de Louzeiro, ao entrevistar os vizinhos e pessoas do convívio da menina. Naquele momento o país vivia sob o regime da ditadura militar, o que dificultava as investigações e também a divulgação dos fatos de casos como os de Aracelli, pois havia nomes de pessoas de elevado poder aquisitivo e influência política e econômico no crime.

Louzeiro, ao escrever o romance, se baseou em entrevistas com vizinhos de Aracelli, opiniões sobre o caso, portanto, grande parte do que é exposto no romance pode estar ligado aos acontecimentos reais, mas não há bases que comprovem os fatos de forma técnica, e que possa levar a aplicação do Direito. No entanto, o - reportagem *Aracelli, meu amor*, cumpre um papel de denúncia da realidade, de expor à sociedade os fatos que eram ocultados pelas autoridades da época.

Segundo Louzeiro (1980), em entrevista: “antes de se buscar soluções isoladas para responsabilizar o criminoso, é bom rever o contexto social. É nesse empenho que a nossa literatura está lançada”.

Segundo a fala do o jornalista acima, a literatura que ele produz tem o interesse, além de punição ao criminoso, mudar a realidade social do país.

A literatura tem o papel de transmitir os valores da sociedade em cada época, representar, expondo e denunciando os fatos ocorridos e faz com que possamos observados e refletir sobre situações que não vivenciamos no nosso dia a dia, mas que existem e são vivenciadas por outras pessoas. Essa reflexão a que as artes nos convidam, faz com que nos tornemos capazes de nos colocar no lugar de nossos semelhantes e buscar uma sociedade mais justa, uma vez que nos convida a refletir sobre os problemas que afligem a humanidade. A literatura nos torna sensíveis ao que ocorre aos nossos semelhantes.

O Direito, ao dialogar com as Ciências Humanas e com as Artes, se aproxima do ser humano, buscando compreender a complexa sociedade em que vivemos, isso faz com que o operador do Direito compreenda as situações de forma mais sensível e busque soluções eficazes, justas e ponderadas.

Situações que não eram percebidas por muitos anos, ao serem expostas pela Literatura, contribuem para que minorias e grupos menos favorecidos fiquem em evidência e se olhe para os Direitos Humanos buscando revolver os problemas sociais e se fazer justiça.

Em suma, é com essa compreensão de mundo trazida pelo Direito que o homem poderá conquistar um mundo melhor, com maior proteção a crianças.

Araceli se tornou símbolo de todas as crianças vítimas de violência no Brasil e no mundo. Que casos como este nos instiguem a buscar um país onde a justiça seja aplicada de forma imparcial para que tantas outras crianças não tenham o mesmo destino de Araceli.

Que Araceli não se cale! Que o trabalho de José Louzeiro se faça presente em nossa sociedade de forma a contribuir para que conquistemos um país mais justo! Que o Direito ouça a voz de Araceli e de todas as crianças vítimas de violência no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos apresentar o caso da menina Araceli Cabrera Crespo, de oito anos de idade, vítima de um crime brutal no ano de 1973, em Vitória, Espírito Santo. Apresentamos o crime com base nas notícias divulgadas pela mídia da época e atual, e apresentamos os crimes cometidos contra a criança.

Posteriormente, realizamos a leitura e análise do romance *Araceli, meu amor*, escrito pelo jornalista José Louzeiro, e buscamos características presentes no texto ficcional e também, características do texto jornalístico.

Constatamos se tratar de um texto híbrido, que pode ser classificado como romance-reportagem, cuja finalidade é denunciar, levar um tema à discussão. Possivelmente, o romance foi a maneira encontrada pelo autor de discutir um assunto do qual ele não poderia falar abertamente como jornalista na época, uma vez que o país vivia um momento de censura na mídia. Por meio do romance, Louzeiro podem falar sobre o assunto e demonstrar insatisfação com a justiça da época.

Buscamos ainda, promover uma reflexão acerca da importância da Literatura e sua finalidade, e um diálogo entre Direito, Jornalismo e Literatura e a importância deste diálogo para o operador do Direito e para toda a sociedade, como forma de discutir e buscar compreender o assunto e maneiras de buscar a solução.

Por fim, este trabalho teve por finalidade colaborar para que o caso Araceli não caia no esquecimento, mas seja lembrado e sirva para que possamos levar à discussão e buscar evitar

que casos semelhantes se repitam Araceli, por meio da obra de José Louzeiro, de seu trabalho jornalístico e da literatura ficcional produzida por ele, ficou marcada em nossa memória, se perpetuando através da literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário** (1968-1978). São Paulo, Edusc, 1999.

ARRIGUCCI JR., Davi. 1999. Jornal, **realismo, alegoria: o romance brasileiro recente**. Outros achados e perdidos. São Paulo: Companhia das Letras. 77-109.

BAKHTIN, M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: _____ (Org.). **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p.307-35

BRASIL. Constituição Federal. Vade Mecum Saraiva. Ed. Saraiva, 2018.

BRASIL. Código Penal. Vade Mecum Saraiva. Ed. Saraiva, 2018

BRASIL. Constituição (1946) Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em 24 de junho de 2018

BRANDILEONE. Ana Paula F. Nobile. **O romance-reportagem: Implicações estéticas e ideológicas**. Terra roxa e outras terras – Revista de Estudos Literários Volume 19 (nov. 2010) - ISSN 1678-2054 Disponível em:<<http://www.uel.br/pos/letras/terraroja>>. Acesso em 12 e mai 2018

CANDIDO, Antonio. **Direitos Humanos e literatura**. In: A.C.R. Fester (Org.) *Direitos humanos E...* Cjp / Ed. Brasiliense, 1989.

COSSON, Rildo. Romance-reportagem: o império contaminado. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Ed. Escrituras, 2005, p. 57-70

GAZETA ONLINE- **Quem fim levou o caso Araceli, um dos mais emblemáticos do Brasil?**. Disponível em <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/05/que-fim-levou-o-caso-araceli-um-dos-mais-emblematicos-do-brasil-1014055731.html>> Acesso em 18 de jun. 2018

HOLANDA, Heloísa Buarque de. & Marcos Augusto Gonçalves. 2005. **A ficção da realidade brasileira**. Adatao Novaes, org. Anos 70: ainda sob a tempestade. Rio de Janeiro: Aeroplano . 97-159.

LOUZEIRO. José. **Aracelli, meu amor**. São Paulo: Prumo, 2012

LOUZEIRO. José. **Biografia** < <http://www.louzeiro.com.br/>> Acesso em 02 de fev.2018.

MACHADO. Viviane. **Caso Aracelli completa 44 anos e mistério sobre a morte permanece no ES. G1**, ES, 18 mai.2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/caso-araceli-completa-44-anos-e-misterio-sobre-a-morte-permanece-no-es.ghml>>. Acesso em 07 de abril de 2018